

# **A EDUCAÇÃO DO DEFICIENTE AUDITIVO: UM OLHAR SOBRE A DIFERENÇA**

**BARBOSA**, Ana Lúcia Campos.  
[anaana\\_cb@yahoo.com.br](mailto:anaana_cb@yahoo.com.br)

**SAMPAIO**, Josefa Joelma Ferreira Reis.  
[jjelmasampaio@hotmail.com](mailto:jjelmasampaio@hotmail.com)

**MARQUES**, Nayara Alves.  
[nayararonny@yahoo.com.br](mailto:nayararonny@yahoo.com.br)

**ARAÚJO**, Maria José Azevedo (Orientadora).  
Graduada em Pedagogia, Especialista e Mestre em Educação pela UFS, Professora do  
Curso de Letras da Universidade Tiradentes.  
[azevedo1956@bol.com.br](mailto:azevedo1956@bol.com.br)

## **RESUMO**

Realizou-se uma pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica, tratando sobre o tema “deficiente auditivo”. O presente artigo vem analisar a importância da inclusão na área da Educação Especial, em particular aos “surdos”, pois muito tem se discutido principalmente sobre a escola inclusiva para os surdos. Este tema gera uma grande expectativa, muitas inquietações, principalmente no que tange a uma mudança de postura profissional, no aprendizado e aplicação de novas práticas pedagógicas, com o manuseio com essa realidade de como se comunicar com essa clientela especial. Não impossível. Todo o avanço diante da implementação da inclusão induz à percepção na escola, no trabalho, no lazer, enfim, na sociedade. Alguns desses princípios receberam apoio legal específico e outros não, mas todos se tornaram resultado do empenho de profissionais comprometidos com a mudança diante da ideia de segregação. Este trabalho tem como principal objetivo contemplar as várias questões que estão imersas nas discussões e reflexões que circundam o contexto escolar da pessoa “surda”, tais como: aspectos sociais e culturais de uma proposta educacional, em especial a língua de sinais e os aspectos relacionados à sua estrutura. Propõe-se uma leitura rica acadêmica, dentro de interesses em questões gerais da constituição social dos processos humanos, sobretudo aquelas concernentes às relações entre linguagem e pensamento.

**PALAVRAS-CHAVE:** Deficiência Auditiva, Inclusão; Direito.

## ABSTRACT

There was a qualitative research, the type literature, regarding the theme "the hearing impaired." This article will examine the importance of including in the area of Special Education, particularly the deaf, because much has been discussed mainly on the inclusive school for the deaf. This theme creates a great expectation, many concerns, especially as it pertains to a change of posture training, learning and application of new teaching practices, with the handling with this reality of how to communicate with that particular customer. Not impossible. All the advance before the implementation of inclusion leads to the perception at school, work, leisure, finally, into society. Some of these principles have received legal aid and other non-specific, but everyone became result of the commitment of professionals committed to move forward the idea of segregation. This work has the main objective include the various issues that are immersed in discussions and deliberations surrounding the school context of the person "deaf", such as: social and cultural aspects of an educational proposal, especially the language of signs and aspects to its structure. It proposes a rich academic reading, in general issues of interest in the formation processes of social rights, especially those concerning the relationship between language and thought.

**KEYS-WORD:** Deafness; Inclusion; law.

## INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação, no âmbito das tecnologias de informação e seus estudos do tratamento e disponibilização da informação, tem contribuído na questão da representação e persistência de ambientes informacionais com a finalidade de garantir uma melhor geração, armazenamento, recuperação, uso e interoperabilidade do conteúdo informacional em ambientes na internet.

No contexto da criação de ambientes favoráveis ao acesso e ao uso de conteúdos informacionais digitais, são utilizados metade dos benefícios para descrever as informações desse ambiente.

O senso do IBGE /2000 indica que 14,45% da população brasileira apresentam algum tipo de deficiência havendo, portanto, uma parcela da população sendo alijada no processo educativo formal. Na maioria das vezes,

são encaminhadas para um sistema paralelo de ensino às especificidades, sob a delegação de que, por suas qualidades intrínsecas, não poderiam se beneficiar dos processos de ensino.

A partir da Revolução Francesa, surgiu a educação especial na Europa avançada, foram criadas as primeiras instituições que objetivavam oferecer as pessoas com deficiências uma educação à parte. Segundo Jamuzzi (1985, p.21) a primeira iniciativa, de atendimento escolar para pessoas com deficiência no Brasil deu-se no ano de 1600, na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia em São Paulo, e estava voltada ao atendimento de pessoas com deficiência física.

Jamuzzi (1990 p. 24) assinalou que as políticas de atendimentos voltadas para as pessoas com deficiências foram ampliadas no século XX, à medida que esses sujeitos foram considerados capazes de integrar na educação e o trabalho de forma direta ou indireta pela liberação dos responsáveis por suas sedações.

Este artigo científico enfoca a educação, linguagem e surdez na inclusão social, dentro da diversidade cultural, sobre a qual vem passando por qualificações e fazendo a diferença. Também vem discutir processos lingüístico-cognitivos de surdos que se desenvolvem com interações sociais através da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa nos seus diferentes níveis de capacidade de uso, além da participação do indivíduo no cotidiano das práticas de comunicação que se compõe da superposição de sinais e fala. Já dizia o grande teórico Vygotsky.

“focalizam o papel da linguagem no desenvolvimento da pessoa surda e na formação de sua identidade”. (L. S. Vygotsky)

Recursos tecnológicos têm sido utilizados para melhorar a comunicação das pessoas deficientes, isto acontece porque a flexibilidade de sistemas computacionais torna possível o desenvolvimento de serviços especiais para usuários que tenham alguma debilidade. (SHNEIDERMAN,1998).

No âmbito da deficiência auditiva, as línguas de sinais aparecem como o meio mais natural de comunicação, e nesta área muitos esforços tecnológicos têm sido feitos para facilitar o aprendizado e a divulgação das

línguas de sinais como os trabalhos de Capovilla (2003) para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

## **1. A EMERGÊNCIA DO DISCURSO DA INCLUSÃO**

A proporção da inclusão Social tem sido reeinteradamente feita e debatida no âmbito das ciências humanas e sociais. Parte-se do principio de que a proposta de inclusão social só se justifica porque se vive em uma sociedade essencialmente excludente.

O impacto que a inclusão vem provocando na sociedade e em específico na área da educação, ou seja, escolas e nas instituições especialmente nos próprios pais de filhos com e sem deficiências provocando assim muitas dúvidas de compreensão. Preconceitos, antigos valores, velhas verdades, atitudes e paradigmas conservadores da educação ainda ocultam o verdadeiro sentido dessa inovação (A Educação Inclusiva).

Segundo, (Ferguson e Asch, 1989: Wehman, 1990), em geral, quanto mais tempo os alunos com deficiências passam em ambientes inclusivos, melhor é seu desenvolvimento nos âmbitos educacional, social e ocupacional. Alguns pais intuitivamente sabem que o ensino inclusivo aumenta as oportunidades do seu filho para o ajustamento na vida:

Quando tiver terminado a escola, será capaz de participar de algum tipo de situação integrada. Terá habilidades sociais que não teria tido e capacidade para atuar em situações mais complexas do que seria capaz se tivesse permanecido segregada. (Hanline e Halvorsen, 1989, p.490)

Um dos principais veiculadores do discurso da inclusão social da educação especial (a escola) conceituam inclusão social como processo pelo qual pessoas (portadoras de qualquer tipo de necessidade especial) se preparam para assumir papéis na sociedade e, simultaneamente, a sociedade se adapta para atender às necessidades de todas as pessoas. (Sasaki, 1997, p, 3)Deficiência e trabalho, Samira Saad PuchérioLaucilloti.

Emanada da conferência municipal sobre educação para todos realizada em Jomtiem, Tailândia, em 1990, conclama os países em seu artigo III. Tomar medidas que garantam igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrada ao sistema de ensino no campo específico das deficiências e das Necessidades Educacionais Especiais, dois instrumentos devem ser observados:

O primeiro deles são as **NORMAS SOBRE A EQUIPACÃO DE OPORTUNIDADES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (RESOLUÇÃO Nº49/96 da ONU)**. Nelas escrevem-se diretrizes concernentes à inserção produtiva da pessoa com deficiência, a importância das parcerias e as necessidades de formar formadores.

O segundo documento de grande relevância para que se compreenda a Educação Especial como parte integrada no sistema de ensino, é a **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS**, firmada na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (Salamanca, Espanha, 1994). O seu artigo 53 trata da preparação para a vida adulta. 53 jovens com necessidades educacionais especiais deveriam ser auxiliados no sentido de realizarem uma transição afetiva da escola para o trabalho.

No artigo 28 do principal documento legal da educação (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (nº 9.394/96), o aluno portador de deficiência matriculado no ensino fundamental ou médio, de instituições públicas ou privadas, terá acesso à educação. Profissional a fim de obter oportunidades ao mercado de trabalho. (Deficiência e Trabalho, Samira Saad Pulchério Lancillotti).

A LDB vem colocar que o direito à educação é de todos. No art. 4º O dever do estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: Em particular no inciso III, vem afirmar: "Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino". (LDB art.4º, inciso III)

No 1º, do art. 58, da LDB, o legislador diz que: "Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial". Aqui, revela a faceta mais médica do atendimento especializado, ao tratar os educandos com

necessidades especiais como uma clientela. Clientela, como se sabe, refere-se ao doente em relação ao médico habitual. Estaria aqui, também, a faceta neoliberal da LDB?

Segundo Prigorine, as igualdades e as diferenças fazem parte de um cenário:

Político e educacional a problematizarão do tema inclusão/ exclusão social com vistas, entre outras coisas, a se propor uma escola que possa convocar a escolher a todos em suas singularidades seja elas psicológicas, sociais, lingüísticas, históricas ou políticas. (Prigorine, 1990, p.71)

### **1.1 A Educação Inclusiva se faz fazendo**

A educação especial denotou desde o seu surgimento, caracterizando e oferecendo escolarização a sujeitos diferentes, conforme apontou J.G.S. Bueno (1994, p, 37). O autor ainda assinalou que a discussão acerca da integração social e escolar das pessoas com deficiência ocorreu como se o processo de marginalização se justificasse pelas dificuldades especiais destes indivíduos sem que se estabelecessem relações entre este fenômeno e o processo de exclusão / participação das camadas subalternas inerentes ao desenvolvimento capitalista.

A mudança no que diz respeito aos serviços de educação especial e á maneira como são oferecidos provém de um deslocamento do paradigma que esteve em vigor desde a década de 1970. Segundo Hahn (1989), há duas perspectivas de compreensão das deficiências. As perspectivas das limitações funcionais foram predominantes no passado e tem muitos seguidores até hoje. Segundo este ponto de vista, a tarefa dos educadores é determinar, melhorar ou preparar os alunos que não foram bem-sucedidos, sem esforços planejados para adaptar as escolas ás necessidades, aos interesses ou ás capacidades particulares desses alunos. Os que não se adaptaram aos programas existentes são relegados a ambientes segregados.

Todo processo de ampliação da educação especial encerra, portanto numa contradição: se de um lado oferece oportunidades educacionais as pessoas deficientes, de outra legítima os movimentos excludentes da escola

formal segregando aqueles indivíduos que não correspondem às exigências da sociedade. A partir da organização dos movimentos sociais, particularmente na década de 70 os espaços mais amplos foram sendo gradualmente recamado como espaço de direitos também para pessoas com deficiências, e vem sendo conquistadas e ampliadas à medida que a trama social permite. Uma consideração de (Max, 1999. p. 52).

Segundo Skrtic (1994), a inclusão é mais um modelo para a prestação de serviços de educação especial. É um novo paradigma de pensamento e de ação, no sentido de incluir todos os indivíduos em uma sociedade na qual a diversidade está se tornando mais norma do que exceção.

Por isso, o desafio é estender a inclusão a um número maior de escolas e comunidades e, ao mesmo tempo, ter em mente que o principal propósito é facilitar e ajudar a aprendizagem e o ajustamento de todos os alunos, os cidadãos do futuro.

A inclusão só acontecerá no contato com o outro, então a educação se dará completa e inclusiva. Será só na vivência de sala de aula que o professor sentirá a necessidade de buscar dentro de seus recursos internos e do conhecimento da disciplina que ensina as ferramentas para lidar com as dificuldades que tem a frente.

Reconvocando as várias declarações das Nações Unidas que o cominaram documentos “Regras Padrões” sobre equalização das oportunidades para pessoas com deficiência no qual demanda que os Estados assegurem que a educação de pessoas deficientes segue em parte sejam da integração do sistema educacional.

## **2. O QUE É A DEFICIÊNCIA AUDITIVA?**

Deficiência auditiva é o nome usado para indicar perda de audição ou diminuição na capacidade de escutar os sons. Qualquer problema que ocorra em alguma das partes do ouvido pode levar a uma deficiência na audição. Entre as várias deficiências auditivas existentes, há as que podem ser classificadas como condutiva mista ou neurossensorial. A condutiva é causada

por um problema localizado no ouvido externo e/ou médio, que tem por função "conduzir" o som até o ouvido interno.

Esta deficiência, em muitos casos, é reversível e geralmente não precisa de tratamento com aparelho auditivo, apenas cuidados médicos. Se ocorrer uma lesão no ouvido interno, há uma deficiência que recebe o nome de "neurossensorial". Nesse caso, não há problemas na "condução" do som, mas acontece uma diminuição na capacidade de receber os sons que passam pelo ouvido externo e ouvido médio. A deficiência neurossensorial faz com que as pessoas escutem menos e também tenham maior dificuldade de perceber as diferenças entre os sons.

A deficiência auditiva mista ocorre quando há ambas as perdas auditivas: condutiva e neurossensorial numa mesma pessoa.

São várias as causas que levam à deficiência auditiva. A deficiência auditiva condutiva, por exemplo, tem como um dos fatores o acúmulo de cera no canal auditivo externo, gerando perda na audição. Outra causa são as otites. Quando uma pessoa tem uma infecção no ouvido médio, essa parte do ouvido pode perder ou diminuir sua capacidade de "conduzir" o som até o ouvido interno.

No caso da deficiência neurossensorial, há vários fatores que a causam, sendo um deles o genético ou algumas doenças, como rubéola, varíola ou toxoplasmose, e medicamentos tomados pela mãe durante a gravidez podem causar rebaixamento auditivo no bebê e também a incompatibilidade de sangue entre mãe e bebê (fator RH) pode fazer com que a criança nasça com problemas auditivos, uma outra causa é uma criança ou adulto com meningite, sarampo ou caxumba também pode ter como seqüela a deficiência auditiva, infecções nos ouvidos especialmente as repetidas e prolongadas e a exposição freqüente a barulho muito alto também podem causar deficiência auditiva.

É extremamente importante que a deficiência auditiva seja reconhecida o mais rápido possível, para tanto, os pais ou responsáveis devem



observar as reações auditivas das mesmas. Os especialistas da área são enfáticos quanto à necessidade de tratamento o mais precoce possível.

Devemos também estar atentos às crianças que:

- \* assistem à televisão muito próxima do aparelho e que pedem sempre para que o volume seja aumentado;

- \* só respondendo quando a pessoa fala de frente para ela; não reage a sons que não pode ver;

- \* pedem que repitam várias vezes o que lhe foi dito, perguntando "o quê?", "como?" ou

- \* tem problemas de concentração na escola.

Crianças com problemas comportamentais também podem estar apresentando dificuldades auditivas. Até uma ligeira perda na capacidade de percepção auditiva pode influenciar o comportamento e o desenvolvimento da criança. Uma vez constatada a deficiência, deve-se buscar um especialista em Otorrinolaringologia ou Fonoaudióloga o quanto antes. É necessário realizar um teste auditivo e outros exames médicos para localizar a deficiência.

Detectada a deficiência auditiva, avalia-se a necessidade e a importância da indicação correta de um aparelho auditivo, o qual deve estar adaptado às necessidades específicas de cada pessoa. No caso da deficiência em crianças, deve-se observar que há diferentes tipos de problemas auditivos e deve-se recorrer a métodos que melhor se adaptem às necessidades de cada criança.

Sempre que recomendado pelo especialista, o aparelho de amplificação de som individual deve ser providenciado o mais cedo possível. Deve haver também cuidados com sua manutenção para que um aparelho quebrado ou mal ajustado não prejudique ainda mais a criança com deficiência. Dependendo do grau de deficiência auditiva, a educação especial deve ser indicada e iniciada o quanto antes.

Há várias formas de se evitar a deficiência auditiva. A mulher deve sempre tomar a vacina contra a rubéola, de preferência antes da adolescência, para que durante a gravidez esteja protegida contra a doença. Se a gestante tiver contato com rubéola nos primeiros três meses de gravidez, o bebê pode nascer com problemas de audição.

Também devem ser evitados objetos utilizados para "limpar" os ouvidos, como grampos, palitos ou outros pontiagudos. Outro cuidado a ser observado é para a criança não introduzir nada nos ouvidos, correndo-se o risco de causar lesões no aparelho auditivo. Se isto ocorrer, o objeto não deve ser retirado em casa. A vítima deve procurar atendimento médico.

É importante que a surdez seja diagnosticada o mais rápido possível, para que a criança possa se desenvolver e rapidamente aprenda uma língua e com isso não sofra déficit na comunicação.

## **2.1 Língua/Linguagem**

Diferentes perspectivas assumidas em relação ao papel da linguagem no funcionamento humano levam, naturalmente, a distinção interpretações sobre as possibilidades e os limites dos processos psicológicos em caso de surdez. Os efeitos da restrição de experiências de linguagem têm sido, tradicionalmente, associados a caracterizações estereotipadas da pessoa surda, a quem se atribuem (enquanto conseqüências típicas da surdez, ou, mesmo, inerente a ela) traços como pensamento concreto, elaboração conceitual rudimentar, baixa sociabilidade, rigidez, imaturidade emocional etc.

Quanto ao ensino da língua oral, Ferreira Brito (1995) apresenta a seguinte sugestão:

A preocupação deveria centralizar-se mais na aquisição de conceitos e desenvolvimento do sistema semântico, processo através do qual a forma seria mais facilmente apreendida pelo surdo. A parte externa de uma língua, que passada ao surdo através de enormes bloqueios concernentes ao canal, será mais compreensível para ele se a sua relação com a faceta interna da língua for enfatizada. (Brito, 1995, p.59)

O papel da linguagem no desenvolvimento humano, principalmente em relação à condição de “Surdez”, é importante obter todo um conhecimento do que vem a ser a linguagem em termos gerais.

**Linguagem** – É a capacidade que o ser humano e alguns animais possuem para se comunicar e expressar seus pensamentos, seja através da utilização de sinais, da fala, da escrita de uma língua ou outro meio de comunicação.

**Fala** – É o processo mecânico de comunicação verbal que compreende o emprego da voz, da articulação, do ritmo, da entonação e da intensidade.

**Língua** – É o conjunto de palavras e expressão de um idioma e de suas regras gramaticais, usadas por um povo, uma nação. É um sistema organizado de símbolos lingüísticos, de sinais de que se valem os indivíduos para se comunicar.

O homem utiliza vários tipos de linguagem para se comunicar exprimindo seus sentimentos, opiniões, conhecimentos e desejos através de códigos diversos, sendo eles verbais (oral e/ou escrito) ou não-verbais. Grande parte da nossa comunicação diária é não-verbal, nos expressamos também, através de gestos espontâneos, olhares, expressões faciais e corporais e etc. Considera-se então que a língua é um fato, e linguagem um ato.

A corrente de comunicação total propõe o uso de múltiplos meios comunicativos, através de recursos lingüísticos e não lingüísticos, combinando sinais, oralização, leitura oro-facial, gestos, linguagem escrita, datilologia (soletração manual), pantomima, desenho etc. (Evans, 1982; Ciccone, 1990; Moura, 1993).

Durante séculos, os deficientes auditivos ou surdos se basearam na comunicação com os outros através de dicas visuais. Conforme a comunidade dos surdos cresceu, as pessoas começaram a padronizar os sinais, construindo um vocabulário e gramáticas ricas, que existem independentemente de qualquer outra língua. Um observador casual de uma conversa na linguagem dos sinais pode descrevê-la como graciosa, dramática, nervosa, engraçada ou irritada, mesmo sem saber o que um único sinal quer dizer.

Língua de sinais é o idioma utilizado pelos surdos, é uma língua de modalidade gestual-visual que possui estrutura e gramática própria, tendo a mesma denominação e status das línguas próprias, tendo a mesma denominação e status das línguas orais-auditivas. É uma língua gestual-visual porque utiliza a visão para captar a mensagem e os movimentos das mãos e da expressão corporal e facial para se comunicar.

Existem centenas de linguagem de sinais. Onde houver comunidades de surdos, encontrarão se comunicando com vocabulário e gramáticas específicas. Dentro de um mesmo país, encontramos variações regionais e dialetos: como em qualquer língua falada, é possível encontrar pessoas em regiões diferentes que transmitem o mesmo conceito de formas distintas. A língua de sinais não é uma língua universal, ela foi passada através de gerações pelas comunidades locais de surdos. No Brasil, principalmente nos centros urbanos, a língua de sinais utilizada é a Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS e do mesmo modo como as demais línguas, também possui variações regionais, embora a língua de sinais não seja universal, a comunicação entre os surdos de outras nacionalidades acontece com facilidade em relação às línguas oral.

Segundo Fernandes (1990), nas línguas orais o sistema fonológico é representado pelos fonemas de uma língua, concretizados pela articulação dos sons da fala; nas línguas de sinais, o sistema fonológico é representado pela querologia (do grego *cheir*, que significa movimento das mãos e do pulso), sistema tão complexo como o da fonologia. A querologia é representada pelos *queremas*, através das articulações dos sinais.

Pode parecer estranho para quem não entende a linguagem dos sinais, mas os países que possuem a mesma língua falada não têm necessariamente uma linguagem de sinais em comum. A linguagem americana de sinais (ASL) ou *Ameslan* e a linguagem britânica de sinais (BSL) se desenvolveram independentemente uma da outra, então seria muito difícil ou até mesmo impossível para um surdo americano se comunicar com um surdo britânico. De qualquer forma, muitos dos sinais da ASL foram adaptados da linguagem francesa de sinais (LSF), de forma que um usuário da ASL na França provavelmente conseguiria se comunicar claramente com os surdos de lá, mesmo as línguas faladas sendo completamente diferentes.

Não há uma correlação direta entre as linguagens naturais de sinais e as línguas faladas: os usuários das linguagens de sinais se comunicam através de conceitos, e não de palavras. Embora seja possível interpretar a linguagem dos sinais para uma língua falada como o inglês e vice-versa, tal interpretação não seria uma tradução direta.

A maioria dos usuários da linguagem dos sinais acha difícil aprendê-la nos livros e por meio de figuras estáticas. O jeito que uma pessoa sinaliza um conceito pode dizer mais sobre seu significado do que o sinal em si. As figuras não capturam as nuances que são intrínsecas à comunicação clara da linguagem de sinais e, às vezes, é difícil sinalizar os movimentos que alguns sinais exigem sem vídeo, animação ou demonstração ao vivo.

Neste artigo, nos concentraremos na linguagem americana de sinais, a linguagem de sinais dominante nos Estados Unidos. Veremos também o inglês exato sinalizado SEE e inglês misturado sinalizado PSE: duas alternativas para a ASL que são usadas, principalmente, entre os surdos e as pessoas com audição normal. A SEE e PSE se baseiam na língua inglesa para sua variação de graus, o que significa que, diferentemente da ASL, elas são linguagens de sinais construídas, artificiais. Falaremos sobre a tentativa de estabelecer uma linguagem de sinais universal e veremos outras utilizações da linguagem de sinais.

### **2.1.2. O alfabeto da linguagem de sinais - LIBRAS**

A primeira instituição brasileira criada para apoiar a alfabetização dos surdos foi o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), criado por D. Pedro II, em 1857. Dezoito anos depois, em 1875, foi publicado o primeiro livro com os sinais usados por aqui, o *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, de Flausino da Gama. O autor utilizou os mesmos sinais franceses, colocando a tradução em português. Daí a influência da língua francesa de sinais na brasileira.

Esses sinais do livro deveriam ser usados concomitantemente com outros já usados no Brasil naquele período (1875).

Provavelmente havia dois sinais e um "vingou". Foi nos Estados Unidos que os sinais do livro de Flausino são usados pela ASL (American Sign Language), o que comprova o parentesco lingüístico entre as três línguas - analisa a lingüista de Tanya Amara Felipe. Quase um século depois, em 1969, estudiosos descobriram que no Brasil há outra língua de sinais usada pelos índios urubus-caapores, do Maranhão, que têm elevada taxa de surdez (um surdo para cada 75 ouvintes).

A linguagem americana de sinais é uma linguagem visual que incorpora **gestos, expressões faciais, movimentos da cabeça, linguagem corporal** e até o **espaço** ao redor do falante. Os sinais manuais são a base desta linguagem. Muitos deles são **icônicos**, o que significa que o sinal usa uma imagem visual que se parece com o conceito que representa. Por exemplo, para expressar o conceito de "veado" em ASL, você colocaria as duas mãos nas laterais da cabeça, com os dedos abertos para representar os chifres.

As ações normalmente são representadas através de sinais manuais que imitam a ação que está sendo comunicada: se você quisesse sinalizar o conceito de "comer" (em inglês) você juntaria os dedos da sua mão dominante como se estivesse segurando uma comida e então movimentaria a mão em direção à sua boca.



©2007 HowStuffWorks

O alfabeto é uma importante série de sinais. Alguns sinais manuais de letras parecem com a forma escrita de sua respectiva letra. Quando você usa os sinais manuais de letras para formar uma palavra, você está **soletrando com os dedos**. Soletrar com os dedos é útil para sinalizar nomes (em inglês) ou para perguntar a alguém o sinal de um conceito específico. A ASL utiliza sinais de uma mão para cada letra do alfabeto, mas algumas outras linguagens de sinais usam ambas as mãos para algumas letras. Muitas pessoas acham que soletrar com os dedos é o obstáculo mais difícil no aprendizado dos sinais, uma vez que os usuários desta linguagem são muito rápidos ao soletrar com os dedos.

Para expressar uma ação em andamento como um "pensamento", você faria o sinal de "pensar" duas vezes numa linha. Alguns sinais em ASL podem servir tanto para um substantivo quanto para um verbo, dependendo de como você os sinaliza. Geralmente, você usa gestos maiores para sinalizar um verbo e gestos menores, que podem ser duplicados, para sinalizar um substantivo. Isso pode confundir. O sinal de "comida" é o mesmo que dobrar o sinal de "comer". O sinal de "comendo" também é uma repetição do sinal de

"comer". Nestes casos, o ouvinte normalmente sabe o que você quer dizer pelo contexto das suas frases ou pelo tamanho dos seus gestos.

**Inflexões** - As línguas de sinais distinguem-se das línguas orais porque utiliza-se de um meio ou canal visual-espacial e não oral auditivo. Assim, articulam-se espacialmente e são percebidas visualmente, ou seja, usam o espaço e as dimensões que ele oferece na constituição de seus mecanismos “fonológicos”, morfológicos, sintáticos e semânticos para veicular significados, os quais são percebidos pelos seus usuários através das mesmas dimensões espaciais.

Daí o fato de muitas vezes apresentarem formas icônicas, isto é, formas lingüísticas que tentam copiar o referente real em suas características visuais. Esta iconicidade, mais evidente, nas estruturas das línguas de sinais do que nas orais, deve-se ao fato de que o espaço parece ser mais concreto e palpável do que o tempo, dimensão utilizada pelas línguas orais-auditivas quando constituem suas estruturas através de seqüências sonoras que, basicamente, se transmitem temporalmente (BRITO, 1995). O que é denominado palavra ou item léxico nas línguas orais-auditivas é denominado sinal nas línguas de sinais.

De acordo com Brito (1995), o sinal é formado a partir da combinação do movimento das mãos com um determinado formato em um determinado lugar, podendo este lugar ser uma parte do corpo ou um espaço em frente ao corpo. Estas articulações das mãos, que podem ser comparadas aos fonemas e às vezes aos morfemas, são chamadas de parâmetros ou unidades mínimas distintivas, portanto, nas línguas de sinais podem ser encontrados os seguintes parâmetros:

**1. Configuração das mãos:** São formas das mãos, que podem ser da datilologia (alfabeto manual) ou outras formas feitas pela mão predominante (mão direita para os destros), ou pelas duas mãos do emissor ou sinalizador;

**2. Ponto de articulação:** É o lugar onde incide a mão predominante configurada, podendo esta tocar alguma parte do corpo ou estar em um espaço neutro vertical (do meio do corpo até à cabeça) e horizontal (à frente do emissor);

**3. Movimento:** Os sinais podem ter um movimento ou não;



**4. Orientação:** Os sinais podem ter uma direção e a inversão desta pode significar idéia de oposição, contrário ou concordância número-pessoal;

**5. Expressão facial e/ou corporal:** Muitos sinais, além dos quatro parâmetros mencionados acima, em sua configuração têm como traço diferenciador também a expressão facial e/ou corporal.

Quase todos os sinais podem ser mudados. Enrugar as sobrancelhas inclinar a cabeça, inflar as bochechas ou mexer o corpo pode mudar o significado do que você está falando. Qualquer inflexão que não requer as mãos é chamada de **sinalização não-manual**. Um falante ASL fluente pode compartilhar muita informação com apenas alguns gestos feitos com sinalizações não-manuais.

Outra forma de mudar sinais, principalmente sinais de ações, é alterar a velocidade com que você faz o sinal ou **direcionar** o sinal. Se você fizer o sinal de "comer" bem devagar, por exemplo, você pode estar dizendo que comeu com calma. Para direcionar conceitos, você orienta os sinais numa direção específica para dar um significado específico. Se você quisesse dizer a frase "Eu te dei um presente" para o seu ouvinte, você faria o sinal de "dar" na direção dele, seguido pelo sinal de "presente". Não é necessário fazer sinais para "eu" ou "você"; porque eles ficaram subentendidos quando você direcionou o sinal.

A sociedade desconhece o que é a surdez, quem é a pessoa surda, suas especificidades, sua capacidade para exercer qualquer função na sociedade que não requeira exclusivamente habilidades auditivas. Sua construção e significação das coisas e do mundo são captadas, aprendidas e compreendidas pelo sentido da visão, sendo este seu principal órgão receptor para se comunicarem e interagirem com o mundo, e, com isso, precisa da utilização de recursos tecnológicos adaptados as suas necessidades.

### **2.1.3. Bilingüismo**

Essa corrente defende o uso das línguas no processo educacional da pessoa surda.

Segundo Fernandes (1997), o bilingüismo vem seguindo no meio educacional da comunicação de surdos e especialistas da área como a última

palavra em educação desta clientela. As portas começam a se abrir para uma nova perspectiva, mas, para muitas pessoas, é como se fosse uma “tábua de salvação” e não uma opção realmente consciente. Bilingüismo não é um método de educação. Define-se pelo fato de um indivíduo ser usuário de duas línguas.

Já para Ferreira Brito (1993, p.52), coloca que:

Numa linha bilíngüe, o ensino do português deve ser ministrado para os surdos da mesma forma como são tratadas as línguas estrangeiras, ou seja, em primeiro lugar devem ser proporcionadas todas as experiências lingüísticas na primeira língua dos surdos (língua de sinais) e, depois, sedimentada a linguagem nas crianças, ensina-se a língua majoritária (a Língua Portuguesa) como segunda língua.

A conduta do professor diante da educação inclusiva para as pessoas surdas é um desafio educacional tanto para o professor quanto para o aluno surdo. As escolas de ensino devem adaptar-se proporcionando condições físicas e psicopedagógicas para que ocorra a tão desejada inclusão dos alunos surdos.

As escolas que atendem alunos surdos devem atentar para o fato de que alunos e professores precisam comunicar-se em Língua Portuguesa (falada e/ou escrita) e também em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), devendo criar estratégias a serem utilizadas no desenvolvimento curricular. Todos os profissionais da área, principalmente os professores, que estejam envolvidos no processo da educação de surdos devem preferencialmente aprender a Língua de Sinais, para que os objetivos sejam alcançados.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo versou sobre as concepções que norteiam a educação inclusiva, nem tanto pela teoria que sustenta, quanto pela oferta de orientações aos professores que ensinam alunos com deficiências auditivas, seja em qualquer grau de escolaridade. Mais que oferecer um conjunto de orientações de como ensinar ao aluno com deficiência.

Objetivou trazer princípios com os quais o professor pode fortalecer-se no ensino de todos os seus alunos, assim como no trato especial das particularidades apresentadas por eles. Esses princípios, norteadores da educação para TODOS, devem ser vividos, mais do que aprendidos. Será, pois, no exercício do respeito á diversidade vigente que todos, ou seja, o professor poderá, com seus exemplos, ensinar bem mais que com suas palavras.

Então, é importante que todos os docentes e demais atores da educação na escola se conscientizem de que a educação não pode ser vista como algo destituído do contexto, de objetivo, de humanidade. Ela é, em essência, o íntimo de cada um de nós e de nós na coletividade. Por outro lado, o aluno com deficiência é aluno, ser indivisível enquanto pessoa e ser social, enquanto membro da sociedade escolar. Ele não pode ser dividido de sua deficiência, assim como sua deficiência não pode ser tomada como seu todo.

Só será no contato com o outro, com o afeto do ensinar que a educação se dará completa e inclusivamente. Serão apenas na vivência de sala de aula que o professor sentirá a necessidade de buscar, dentro de seus recursos internos e do conhecimento da disciplina as ferramentas para lidar com as dificuldades que tem a frente. Acredite nisso, pratique essa crença no dia-a-dia e a inclusão acontecerá.

## REFERÊNCIAS

BRITO L. F. **Por uma gramática de língua de surdos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, OFRJ, departamento de Lingüística e Filosofia, 1995.

QUADROS. Ronice Muller de. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem/ Ronice Muller de, Quadros – Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. ARTEMED.

GOES. Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, Surdez e Educação**: Editora, Autores Associados – Campinas. SP. Coleção Educação Contemporânea, 2º edição revista. 1999.

STAINBACK. Susan; Willian Stainback. **Inclusão, um guia para educadores**. Editora ARTEMED. 1999, reimpressão 2007.

[WWW.google.com.br](http://WWW.google.com.br)